COABITAÇÃO FAMILIAR E FORMAÇÃO DE NOVOS DOMICÍLIOS NAS ÁREAS URBANAS BRASILEIRAS*

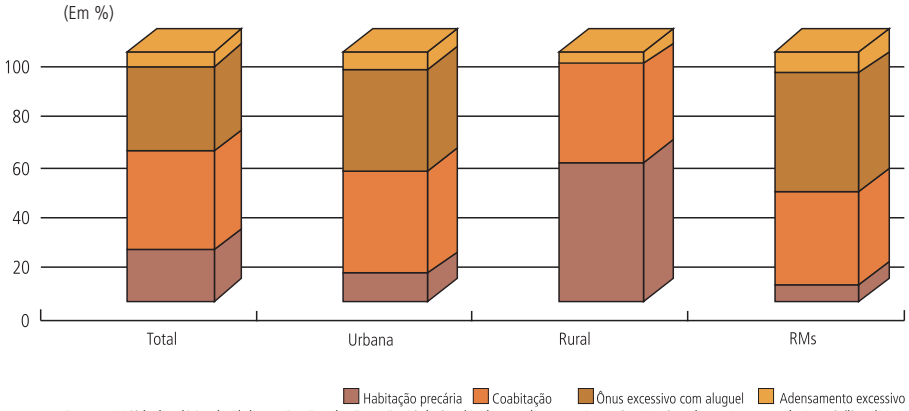
Maria da Piedade Morais**
Paulo Augusto Rêgo***

1 INTRODUÇÃO

O direito à moradia está incluído entre os Direitos Sociais Mínimos constantes da Constituição Federal (capítulo II – Dos Direitos Sociais – Artigo 6º), mas o déficit habitacional ainda corresponde a 5.546 milhões de domicílios, mostrando que o direito à moradia adequada ainda não é uma realidade para todos os brasileiros. A coabitação familiar é o fator individual que mais contribui para o déficit habitacional, correspondendo a 2,2 milhões de domicílios, 87% dos quais estão localizados em áreas urbanas.

A coabitação familiar e o ônus excessivo com o pagamento do aluguel são os principais componentes do déficit habitacional nas áreas urbanas e nas regiões metropolitanas (RMs), refletindo um maior custo da terra e da moradia nessas áreas, enquanto a habitação precária responde pela maior parte do déficit habitacional em áreas rurais, como se pode ver no gráfico 1.

GRÁFICO 1
Brasil: composição do déficit habitacional, por situação do domicílio e RMs – 2008
(Em %)



Fontes: MCidades (2011). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2008.

* Os autores agradecem o apoio de Raony Silva Nogueira à pesquisa.

** Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

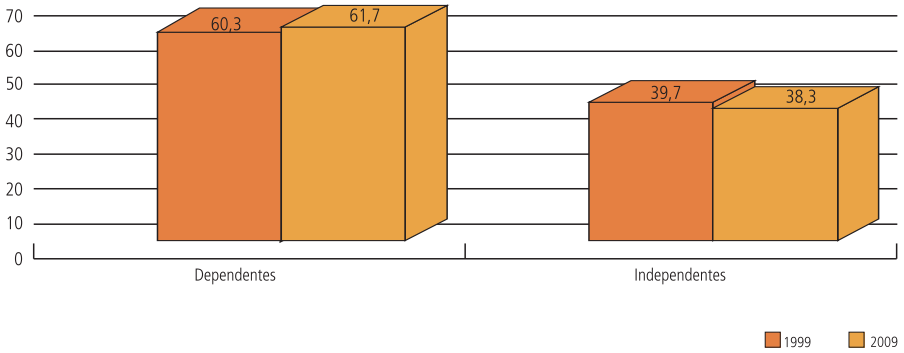
*** Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea.

A partir de 2007, a introdução de duas perguntas específicas no questionário da PNAD permitiu um refinamento do cálculo da coabitação familiar, incluindo no déficit habitacional apenas aquelas famílias conviventes secundárias que tinham a intenção de constituir novo domicílio. De acordo com Morais e Rego (2009), 62,4% das famílias entrevistadas pela PNAD em 2007 expressaram a vontade de se mudar e formar um domicílio independente, proporção esta ainda mais elevada entre os chefes das famílias secundárias com idades entre 21 e 30 anos. A falta de recursos financeiros predomina entre os motivos apontados pelas famílias jovens, impedindo-as de formar novos domicílios e retardando a saída dos jovens da casa dos pais.

De acordo com dados da PNAD, nos últimos dez anos, houve um aumento relativo no número de jovens que continuam como dependentes nas casas de pais e/ou parentes no Brasil, especialmente para os residentes nas áreas urbanas. Em 2009, existiam cerca de 34 milhões de jovens com idades entre 18 e 29 anos residindo em áreas urbanas, dos quais 21 milhões (61,7%) ainda não haviam constituído um domicílio independente, significando um aumento de 1,4 ponto percentual (p.p.) em relação a 1999.

GRÁFICO 2

Brasil urbano: percentual de jovens (pessoas entre 18 e 29 anos) segundo independência domiciliar – 1999 e 2009



Fonte: Tabulação própria, com base nos microdados da PNAD/IBGE de 2009.
Obs.: Dependente = jovem filho ou outro parente da pessoa de referência do domicílio.

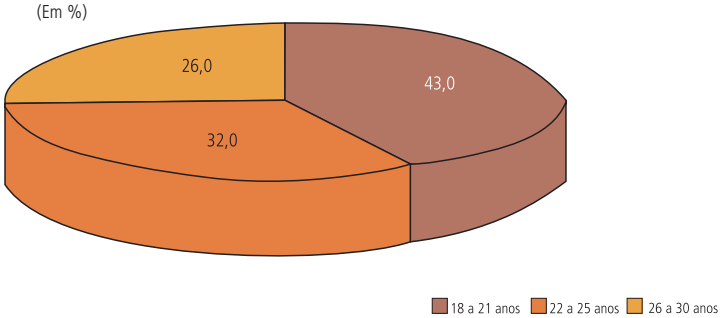
Ao diferenciar os jovens por faixas etárias, comprova-se que à medida que estes se tornam mais velhos, maior é a probabilidade de buscarem sua independência domiciliar. A distribuição entre as faixas etárias foi bem similar entre 1999 e 2009, sendo a faixa entre 26 e 29 anos a de maior participação entre os jovens independentes, e a faixa de 18 a 21 anos a de maior participação entre os jovens dependentes. No entanto, as taxas mais elevadas de crescimento dos jovens dependentes nas faixas etárias superiores indicam que os jovens brasileiros, a exemplo do que tem acontecido em outros países, estão postergando cada vez mais o momento da saída da casa dos pais. Dentre os jovens dependentes, 58% tinham idades entre 22 e 30 anos.

O objetivo do presente artigo é estudar os principais determinantes socioeconômicos da coabitação familiar e da formação de novos domicílios nas áreas urbanas brasileiras, verificando, ainda, em que medida tais decisões estão relacionadas com as condições do mercado imobiliário, com vistas a subsidiar a elaboração de políticas mais adequadas para atender às necessidades habitacionais das faixas etárias mais jovens.

GRÁFICO 3

População urbana de jovens dependentes entre 18 e 30 anos – 2009

(Em %)



Fonte: Tabulação própria, com base nos microdados da PNAD/IBGE de 2009.

2 RESENHA DA LITERATURA

São várias as decisões que os jovens têm de tomar em sua transição para a fase adulta. São decisões sobre universidade, carreira profissional, constituição de família, independência domiciliar, dentre outras. No Brasil, apenas recentemente vêm sendo realizados estudos sobre os impactos dessa interconexão de fatores sobre a opção dos jovens de sair da casa dos pais, mas tais estudos ainda se restringem ou a comentários metodológicos, ou a métodos não quantitativos (HENRIQUES *et al.*, 2006; ALVES; CAVENAGHI, 2005; CAMARANO, 2006; SILVEIRA; WAGNER, 2006; CARNEIRO; KNUDSEN; OSÓRIO, 2001; MEDEIROS; OSÓRIO, 2001).

Também são poucas as contribuições empíricas com técnicas estatísticas apropriadas em outros países em desenvolvimento devido, em sua maioria, a problemas de disponibilidade de dados (GRANT; FURSTENBERG, 2007; HOOK; GLICK, 2005; AN; MERTIG; LIU, 2003; BONGAARTS, 2001; JOHNSON; DAVANZO, 1998; FILGUEIRA; AMOROSO, 1997; YI *et al.*, 1994; DE VOS, 1989). A concentração desses estudos se encontra nos países europeus e na América do Norte, especialmente naqueles em que as pesquisas de campo conseguem monitorar as famílias ao longo do tempo – como as bases de dados longitudinais (HOLDSWORTH *et al.*, 2002; ERMISCH; DI SALVO, 1997; JOHNSON; DAVANZO, 1998; AASSVE *et al.*, 2007).

Na ausência desse tipo de base, a primeira opção dos estudos anteriormente mencionados é o uso de dados retrospectivos ou que informam o tempo de duração de seu atual estágio. A utilização de dados *cross-section* aparece em último caso, sendo poucos os estudos que conseguem ir além de uma mera análise descritiva ou comparativa (DE VOS, 1989; AQUILINO, 1990). No entanto, indo contra a corrente, Blanc e Wolff (2006) "sintetizaram" as informações de um painel para realizarem uma análise *cross-section* entre os países da União Europeia (UE), demonstrando que tais bases de dados também podem gerar bons resultados.

Na construção dos modelos econométricos, destacam-se algumas variáveis que aparecem com grande frequência. A principal delas é a que se refere ao gênero dos jovens, sendo todas as demais variáveis bastante sensíveis a esta – uma exceção é Goldscheider *et al.* (2001). Em síntese, encontra-se que as mulheres saem mais cedo de casa (HOLDSWORTH *et al.*, 2002; JOHNSON; DAVANZO, 1998), especialmente quando visam constituir um relacionamento (AVERY; GOLDSCHEIDER; SPEARE, 1992; ERMISCH; DI SALVO, 1997; CORDÓN, 1997). Outras variáveis socioeconômicas também foram mais significativas para as mulheres (ERMISCH; DI SALVO, 1997; CORDÓN, 1997), enquanto os

homens se mostraram mais influenciados pelo perfil econômico dos pais e do país em que vivem (JOHNSON; DAVANZO, 1998).

No entanto, algumas variáveis apresentam comportamentos semelhantes, mas em diferentes intensidades, para os dois gêneros. Nos estudos que conseguem obter informações sobre a família da qual os jovens se emanciparam, observa-se que estruturas familiares instáveis – pais solteiros ou divorciados, presença de padrastos ou madrastas – tenderam a acelerar a saída destes[1] (HOLDSWORTH *et al.*, 2002; JOHNSON e DAVANZO, 1998; AQUILINO, 1990). A questão do adensamento no domicílio também se mostrou relevante em Whittington e Peters (1996), sendo que Avery (1992) e Johnson e Davanzo (1998) verificaram que a ordem de nascimento dos filhos afeta a significância dessa variável.

Um dos principais fatores levantados pela literatura refere-se à educação. Os estudos apontam que a idade com que os jovens decidem sair da casa dos pais eleva-se à medida que estes passam mais tempo na escola – especialmente no caso das mulheres (AVERY; GOLDSCHEIDER; SPEARE, 1992; JOHNSON; DAVANZO, 1998; GRANT; FURSTENBERG, 2007) e dos homens em áreas rurais (DE VOS, 1989). No entanto, isso não significa que a educação evita a emancipação domiciliar dos jovens, pois se verifica que os jovens mais capacitados têm maiores probabilidades de sair da casa dos pais quando "jovens" (HOLDSWORTH *et al.*, 2002; JOHNSON; DAVANZO, 1998; GOLDSCHEIDER *et al.*, 2001), inclusive em busca de mais educação. Ermisch e Di Salvo (1997) mostram que quanto maior o nível educacional dos pais, especialmente da mãe, maior a probabilidade de o jovem sair de casa para continuar seus estudos.

Em decorrência de dificuldades metodológicas, poucos estudos exploram a relação entre educação e as expectativas futuras que ela gera sobre o emprego e a renda potencial dos jovens. No entanto, há certo consenso de que jovens com melhores expectativas econômicas saem de casa mais cedo (AASSVE *et al.*, 2007; WHITTINGTON; PETERS, 1996; HAURIN *et al.*, 1993). Já no que concerne ao impacto da efetiva entrada dos jovens no mercado de trabalho, os estudos apresentam resultados ambíguos. Enquanto alguns estudos encontram evidências de que os jovens empregados e com altos salários são mais propensos a sair de casa (AVERY; GOLDSCHEIDER; SPEARE, 1992; HOLDSWORTH *et al.*, 2002), outros concluem que a ocupação atual do jovem não seria relevante para acelerar essa saída (DE VOS, 1989; CORDÓN, 1997). Mas a grande parte dos resultados indica que a participação do jovem no mercado de trabalho enquanto ainda vive na casa dos pais é uma etapa do ciclo de vida que precede a sua completa independência.

Dessa forma, não é estranho observar o impacto que a taxa de desemprego possui nessa etapa da vida dos jovens. Whittington, Peters (1996) e Cordón (1997) mostram que a decrescente oportunidade de emprego para os jovens em alguns países diminuiu a probabilidade de estes se tornarem independentes. Outros estudos concluíram que o fato de o jovem ter experimentado o desemprego afetou negativamente essa probabilidade, e que os homens são mais propensos a sair da casa dos pais em anos de forte crescimento da economia local (JOHNSON; DAVANZO, 1998; HOLDSWORTH *et al.*, 2002).

A situação financeira dos pais também influencia a decisão de constituir um domicílio independente, mas não há um consenso se os pais com renda mais alta atuam para

1. Goldscheider *et al.* (2001) encontram a hipótese de que quanto melhor for o relacionamento dos jovens com os pais, e entre os pais, maior é a expectativa dos jovens em receber apoio ao sair de casa.

segurar os filhos em casa (hipótese de altruísmo) ou para auxiliá-los nessa transição para a vida adulta independente. Observando a literatura, encontra-se que a renda dos pais tem efeito negativo sobre a saída dos filhos quando novos – especialmente se estes querem sair para casar –, e positivo quando mais velhos – especialmente se não for para casar (AVERY; GOLDSCHEIDER; SPEARE, 1992; WHITTINGTON; PETERS, 1996). Em parte, isso se relaciona ao fato de famílias com boas condições financeiras proverem maior suporte educacional aos filhos (DE VOS, 1989; GOLDSCHEIDER *et al.*, 2001), mas também é questionado pela literatura quão altruístas são os pais em relação a seus filhos – evidências a favor podem ser encontradas em Blanc e Wolff (2006) e Ermisch e Di Salvo (1997); e contra, em Holdsworth *et al.* (2002) e Johnson e Davanzo (1998).

Ou seja, observa-se que os jovens apresentam uma "percepção de pobreza" ao decidir quando sair de casa (AASSVE *et al.*, 2007). Aqui, entra em cena um dos principais papéis da família atual em economias com mercados de trabalho inseguros e com pouco espaço para os jovens: "o lugar da confiança, dos laços sólidos e duráveis, do apoio, enfim de tudo que o mundo de fora não é" (HENRIQUES *et al.*, 2006). Isso ocorre especialmente entre as famílias perto ou abaixo da linha de pobreza, as quais recorrem à extensão do domicílio para superar as dificuldades financeiras (AQUILINO, 1990). No entanto, é bom ressaltar que os fatos aqui expostos reforçam a ideia de que a emancipação financeira é uma condição necessária, mas não suficiente, para a emancipação domiciliar dos jovens.

Alguns autores atribuem um papel importante às condições do mercado habitacional para explicar a formação de novos domicílios. Haurin *et al.* (1993) argumentam que um aumento nos aluguéis está associado a uma probabilidade menor de os jovens sairem da casa dos pais. Para Ermisch e Di Salvo (1997) preços de moradia mais elevados desencorajam a formação de novos casais. Ao analisar o problema enfrentado pelos jovens no mercado habitacional, Jones (1995) argumenta que aqueles jovens obrigados a coabitar com amigos ou parentes, ou que não conseguiram sair da casa dos pais, podem ser encarados como integrantes de uma parcela oculta da população de rua (*hidden homeless*). De acordo com a autora, os jovens necessitam de moradias que não só estejam dentro da sua capacidade de pagamento, mas que também lhes confiram flexibilidade para mudar em busca de emprego ou de educação. Neste caso, a propriedade privada não é necessariamente a solução ideal para jovens solteiros, indo de encontro aos resultados achados por Morais e Cruz (2009), que veem a locação social como uma excelente alternativa habitacional para a população jovem.

Em certas situações, fatores culturais – como arranjos familiares históricos – são mais fortes que os econômicos, sendo os primeiros, por exemplo, de grande importância para se entender a dependência residencial nos países ao sul da Europa (CORDÓN, 1997). De fato, os resultados encontrados na literatura mostram que a tendência etária de saída da casa dos pais é bem divergente entre os países do norte e do sul da Europa, ao passo que essa tendência é bem semelhante entre os países latino-americanos (DE VOS, 1989; CORDÓN, 1997).

Diante desse fato, não só é preciso observar as bases de dados disponíveis e as metodologias econométricas usadas pela literatura, como também adicionar a esses modelos elementos institucionais e ajustá-los ao perfil demográfico local (GRANT; FURSTENBER, 2007; JOHNSON; DAVANZO, 1998).

3 METODOLOGIA E RESULTADOS

Como referência para a estimação econométrica, usaremos o estudo de De Vos (1989) por se tratar de um modelo *logit* simples aplicado a países latino-americanos, com características

socioeconômicas próximas às do Brasil. Esse estudo utiliza uma variável *dummy* para segregar os jovens segundo permanência ou não na casa dos pais, e uma série de variáveis independentes ligadas a essa decisão, tais como: sexo, estado civil, situação do domicílio, educação e inserção no mercado de trabalho.

Um primeiro ponto a ser pensado é como definir as variáveis aplicáveis ao cenário brasileiro. A fim de identificar os jovens brasileiros, uma idade de corte inicial apropriada seria 18 anos, idade que dá início à maioridade civil e também é adotada em outras pesquisas. Ainda usando a literatura internacional como parâmetro, poderíamos adotar como corte final as idades entre 29 e 35 anos. No Brasil, as pesquisas oficiais do IBGE utilizam o intervalo entre 18 e 24 anos para identificar a população jovem. No entanto, decidimos adotar a faixa etária do Programa ProJovem, da Secretaria Nacional da Juventude, que expande esse intervalo até os 29 anos para incluir os "jovens tardios", o que já reflete o reconhecimento por parte do Estado brasileiro de que houve um prolongamento da transição para a idade adulta.

Assim, no estudo foi usada a PNAD de 2009 como fonte de dados e adotado todo o universo de pessoas entre 18 e 29 anos nas áreas urbanas (pessoas definidas, a partir de agora, como jovens). Assumiu-se que um jovem ainda é dependente se respondeu à pesquisa sendo filho(a) ou outro parente da pessoa de referência do domicílio, e independente nos demais casos. As variáveis explicativas utilizadas no modelo foram: idade, gênero, cor ou raça, escolaridade, tipo de município, condição de ocupação, faixa de renda mensal e influência financeira. Além das variáveis citadas, também foram consideradas variáveis explicativas as *dummies* sobre a situação ocupacional (trabalhando ou não) e educacional (estudando ou não) dos jovens. O modelo se baseia em um *logit* simples, cuja estimação se encontra no Anexo Estatístico. Os resultados encontrados foram bem expressivos, próximos aos derivados do modelo original da De Vos (1989), indicando que o padrão cultural/institucional da América Latina da formação de novos domicílios em pouco se alterou nos últimos 20 anos. A regressão apresentou razoável poder explicativo, e as variáveis explicativas foram significativas e tiveram os sinais esperados.

Dentre os principais resultados podemos destacar:

1) O fato de o jovem ser casado não só é o fator que mais impacta na probabilidade de ser independente, como também é a variável mais significativa, confirmando os resultados encontrados na literatura.

2) Quanto aos aspectos demográficos, o coeficiente positivo na variável idade mostra que à medida que envelhecem, os jovens são mais propensos a sair da casa dos pais. Mas o coeficiente negativo na variável idade ao quadrado mostra que, a partir de certa idade, ocorre justamente o oposto, possivelmente configurando uma situação de "conformismo", de falta de alternativas ou de assistência de os jovens aos pais idosos.

3) As mulheres e os pretos ou pardos são mais propensos a saírem da casa dos pais, indo ao encontro do diagnóstico apresentado na seção anterior. O fato de ser mulher foi um dos fatores mais significativos no modelo.

4) O fato de os jovens residirem em uma RM ou em um município de grande porte aumenta a probabilidade de este ser dependente, refletindo um mercado habitacional mais caro, reforçando o argumento dos modelos que defendem o impacto dos custos habitacionais sobre as oportunidades de os jovens saírem da casa dos pais.

5) As *dummies* sobre segurança e estabilidade na forma de ocupação domiciliar indicam que os jovens tendem a permanecer mais tempo na casa dos pais quando moram em domicílios próprios regulares. As variáveis também mostram que os aluguéis formais são a principal escolha dos jovens independentes, sendo essa variável a segunda mais influente e significante do modelo, reforçando os resultados encontrados por Morais e Cruz (2009), que mostraram a importância da ampliação da oferta da moradia de aluguel para satisfazer as necessidades habitacionais da população jovem, que apresenta uma elevada mobilidade ligada à busca de emprego ou de estudo. Esse resultado mostra, mais uma vez, a importância das condições prevalecentes no mercado habitacional para explicar a independência domiciliar dos jovens, corroborando os argumentos de autores como Haurin *et al.* (1993), Ermisch e Di Salvo (1997) e Jones (1995).

6) As *dummies* sobre o grau e situação educacional dos jovens indicam que quanto mais elevada a educação do jovem, maior a probabilidade de este continuar morando na casa dos pais. Isso corrobora as hipóteses de que um dos principais suportes oferecidos pelos pais para a permanência dos jovens no domicílio é possibilitar a obtenção de maior nível educacional.

7) Como era de se esperar, os jovens empregados e que auferem rendimentos mais elevados apresentam maior probabilidade de sair da casa dos pais para formar um novo domicílio, mostrando que essa decisão é fortemente influenciada pelo tipo de inserção no mercado de trabalho.

4 CONCLUSÕES

Conforme exposto anteriormente, verifica-se que a estimativa apresentou resultados significativos e consistentes com a literatura. Apesar de ainda ser necessário aprimorar algumas variáveis do modelo e testar o uso de modelos alternativos, as primeiras análises revelam uma boa perspectiva para a pesquisa seguir nesse rumo. Verificou-se que as condições do mercado de trabalho e do mercado habitacional, o nível de renda, o estado civil e o gênero afetam o momento e a maneira como os jovens saem de casa.

Pode-se concluir que o acesso à moradia através da compra da casa própria pode não ser a melhor solução habitacional para o caso da população jovem, que apresenta elevada mobilidade residencial em busca de oportunidades de trabalho ou de estudo. Nesse sentido, concordamos com Morais e Cruz (2009) e Jones (1995), que advogam a tese de que a política habitacional tem de ser diversificada e deve levar em conta variáveis relativas ao ciclo de vida. Nesse sentido, a população jovem necessita de uma oferta habitacional variada, a preços acessíveis e que atenda às suas necessidades de moradia e de mobilidade, seja ela estudante, trabalhador, estagiário, *trainee*, casado ou solteiro.

REFERÊNCIAS

AASSVE, A. *et al.* Does leaving home make you poor? Evidence from 13 European Countries. **European Journal of Population**, n. 23, p. 315-338, 2007.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. **Questões conceituais e metodológicas relativas a domicílio, família e condições habitacionais**. Universidad Autônoma Del Estado de México, jan./mar. 2005, (Papeles de Población, n. 043).

AN, L.; MERTIG, A. G.; LIU, J. Adolescents leaving parental home: psychosocial correlates and implications for conservation. **Population and Environment**, v. 24, n. 5, May 2003.

AQUILINO, W. S. The likelihood of parent-adult child coresidence: effects of family structure and parental characteristics. **Journal of Marriage and the Family**, n. 52, p. 405-419, May 1990.

AVERY, R.; GOLDSCHEIDER, F.; SPEARE JR. Feathered nest/gilded cage: parental income and leaving home in the transition to adulthood. **Demography**, v. 29, n. 3, Aug. 1992.

BLANC, D.; WOLFF, F.-C. Leaving home in Europe: the role of parents' and children's incomes. **Review of Economics of the Households**, v. 4, p. 53-73, 2006.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2008**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011.

BOONGARTS, J. **Population Studies**, n. 55, p. 263-279, 2001.

CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

CARNEIRO. I. G.; KNUDSEN, L. B.; OSÓRIO, R. G. **'Late-Stayers'**: who are they? The home leaving process in Brazil and Denmark, Session S13: New Living Arrangements, 2001.

CORDÓN, J. A. Youth residential independence and autonomy: a comparative study. **Journal of Family Issues**, v. 18, 1997.

DE VOS, S. Leaving the parental home: patterns in six Latin American countries. **Journal of Marriage and the Family**, n. 51, p. 615-626, Aug. 1989.

ERMISCH, J.; DI SALVO, P. The economic determinants of young people's household formation. **Economica**, New Series, v. 64, n. 256, 1997.

FILGUEIRA, C.; AMOROSO, G. **Condiciones habitacionales de la juventud**: elementos para el diseño de una política de vivienda. CEPAL, Oficina de Montevideo, 1997.

GOLDSCHEIDER, F. K. *et al*. Helping out the kids: expectations about parental support in young adulthood. **Journal of Marriage and Family**, n. 63, p. 727-740, Aug. 2001.

GRANT, M. J.; FURSTENBERG, F. F. JR. Changes in the transition to adulthood in less developed countries. **European Journal of Population**, v. 23, n. 3-4, p. 415-428, 2007.

HAURIN, D. R. *et al*. The impact of real rents and wages on household formation. **The Review of Economics and Statistics**, v. 75, n. 2, p. 284-293, May 1993.

HENRIQUES, C. R. *et al*. Trabalho e família: o prolongamento da convivência familiar em questão. **Paidéia**, v. 16, n. 35, p. 327-336, 2006.

HOLDSWORTH, C. *et al*. Leaving home in Spain: when, where and why? **Regional Studies**, v. 36, n. 9, 2002.

HOOK, J.; GLICK, J. E. **Mexican migration to the United States and extended family living arrangements**. Center for Family and Demographic Research, Bowling Green State University, 2005 (Working Paper Series, 2005-04).

JOHNSON, R. W.; DAVANZO, J. Economic and cultural influences on the decision to leave home in Peninsular Malaysia. **Demography**, v. 35, n. 1, 1998.

JONES, G. **Leaving home**. Buckingham: Open University Press, 1995.

MEDEIROS, M.; OSORIO, R. **Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil**: classificação e evolução de 1977 a 1998. Ipea, 2001 (Texto para Discussão, n. 788).

MORAIS; M. P.; CRUZ, B. O. Housing demand, tenure choice, and housing policy in Brazil. In: LALL, S. V. *et al.* (Ed.). **Urban land markets**: improving land management for successful urbanization. The World Bank, Springer 2009.

_____.; REGO, P. A. Acesso a saneamento básico e habitação no Brasil: principais resultados da PNAD 2007. In: CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. A. C. **Situação social brasileira 2007**. Brasília: Ipea, 2009.

SILVEIRA, P. G.; WAGNER, A. Ninho cheio: a permanência do adulto jovem em sua família de origem. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 4, 2006.

WHITTINGTON, L. A.; PETERS, E. H. Economic incentives for financial and residential independence. **Demography**, v. 33, n. 1, p. 82-97, Feb. 1996.

YI, Z. *et al.* Leaving the parental home census-based estimates for China, Japan, South Korea. United States, France, and Sweden. **Population Studies**, v. 48, p. 65-80, 1994.

ANEXO ESTATÍSTICO

A – Regressão Logit

Logistic regression				Number of obs = 71913		
				LR chi2(20) = 53902.24		
				Prob > chi2 = 0.0000		
Log likelihood = –21112.235				Pseudo R2 = 0.5607		
jovem_indep	Coef	Std. Err.	z	P > |z|	[95% Conf. Interval]	
casado	3.968546	0.0286359	138.59	0.000	3.912421	4.024671
idade	0.4190896	0.0619163	6.77	0.000	0.2977358	0.5404434
idadesq	–0.0048396	0.0012933	–3.74	0.000	–0.0073744	–0.0023048
mulher	0.7796313	0.0275447	28.30	0.000	0.7256446	0.833618
preto_pardo	0.1265396	0.0266055	4.76	0.000	0.0743938	0.1786854
metrop	–0.0950256	0.0308003	–3.09	0.002	–0.155393	–0.0346582
auto_repres	–0.1120673	0.0345342	–3.25	0.001	–0.1797531	–0.0443814
alug_for	1.883463	0.0292389	64.42	0.000	1.826156	1.94077
irregular	0.6541172	0.0642022	10.19	0.000	0.5282832	0.7799511
subnormal	0.4885914	0.0577516	8.46	0.000	0.3754003	0.6017825
1°grau	–0.2645063	0.0396932	–6.66	0.000	–0.3423036	–0.1867091
2°grau	–0.6401077	0.0352327	–18.17	0.000	–0.7091625	–0.5710529
3°grau	–1.107016	0.0613496	–18.04	0.000	–1.227259	–0.9867726
trabalha	0.2960442	0.0373203	7.93	0.000	0.2228977	0.3691907
estuda	–0.2347918	0.0339999	–6.91	0.000	–0.3014304	–0.1681533
influente	–0.4226326	0.0307480	–13.75	0.000	–0.4828976	–0.3623677
renda2	0.5384615	0.0357444	15.06	0.000	0.4684037	0.6085193
renda3	0.8926713	0.0546849	16.32	0.000	0.785491	0.9998517
renda4	1.239571	0.0627256	19.76	0.000	1.116631	1.362511
renda5	1.763824	0.0820414	21.50	0.000	1.603026	1.924622
_cons	–10.15541	0.7301504	–13.91	0.000	–11.58648	–8.724341

Fonte: Elaboração própria, com base nos microdados da PNAD/IBGE de 2009.